



# TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de  
**Técnico Judiciário**



Prova Cargo D04, Tipo 1  
000000000000000000  
00001-001-001

Nº de Inscrição  
MODELO

**P R O V A**

**Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos**

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
    - corresponde a sua opção de cargo.
    - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
  - Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
  - Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS  
Maio/2004

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**Atenção:** As questões de números 1 a 15 referem-se ao texto que segue.

**Providência humana**

Acima das leis, dos códigos, dos estatutos humanos está a Divina Providência. Essa convicção religiosa, respeitabilíssima em si mesma, há séculos vinha servindo a muitos brasileiros, se não como tábua de salvação, ao menos como esperança ou consolo, em meio aos mais graves infortúnios. Diante da privação e da fome, não era incomum alguém baixar os braços e resignar-se: “Deus sabe o que faz”. A fé inabalável na justiça de um Deus reparador continua viva para muitos, mas é crescente o número daqueles que, a par da devoção religiosa, passaram a crer na necessidade de providências humanas. A própria Igreja mudou muito, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, quando parte expressiva do clero passou a se identificar com os sofrimentos das classes populares; por sua vez, estas adquiriram maior consciência de seus direitos, e vêm lutando por eles a cada vez que são desrespeitados.

Isso significa que é também crescente o número daqueles que buscam os meios da Justiça. Valendo-se da força de sindicatos, de associações de classe, de organizações não governamentais, de iniciativas comunitárias, muita gente passou a ter representatividade social e política; a palavra **cidadania** deixou de ser um substantivo abstrato e passou a definir um caminho de ação. Mais e mais sentimos a força de iniciativas coletivas; na proporção inversa, diminuiu o número daqueles que, passivamente, deixavam cair os braços.

Dentro desse quadro, cresce muito a importância de todo o aparelho jurídico. A reivindicação de maior justiça social leva à revisão de leis, à criação de novos dispositivos, ou mesmo à reforma ampla de códigos. Mas não basta. Como se sabe, é a garantia da boa aplicação das leis que gera a confiança na Justiça e, portanto, no próprio funcionamento de uma sociedade. Cabe aos agentes do Direito, em todos os campos de atuação, corresponder a esse anseio pelas justas providências humanas aqui na Terra.

(Ataliba Siqueira)

1. O título do texto indica seu principal assunto, que se resume na seguinte afirmação:
- (A) A Divina Providência só ampara aqueles que buscam os meios da Justiça.
  - (B) A vida moderna exige maior resignação das sofridas classes populares.
  - (C) São cada vez mais numerosos os que recorrem aos meios da Justiça.
  - (D) É cada vez mais significativo o número dos legisladores e agentes do Direito.
  - (E) Só haverá plena justiça social depois de uma ampla reforma dos códigos.

2. Atente para as seguintes afirmações:
- I. As expressões *Divina Providência* e *justiça de um Deus reparador* são empregadas com sentido equivalente ao da expressão *meios da Justiça*.
  - II. As expressões *força de iniciativas coletivas* e *representatividade social e política* articulam-se numa relação de causa e efeito.
  - III. Com a expressão *proporção inversa*, o autor está comparando o crescimento dos que crêem nos meios da justiça com o dos que se engajam em ações coletivas.
- Em relação ao texto, está correto o que se afirma em
- (A) I, II e III.
  - (B) I e II, somente.
  - (C) I e III, somente.
  - (D) II e III, somente.
  - (E) II, somente.

3. O sentido da expressão **a par**, utilizada em *a par da devoção religiosa*, é equivalente ao do elemento sublinhado na frase:
- (A) Paralelamente à importância que dou ao trabalho está a que dou ao lazer.
  - (B) Não estou muito bem informado em relação a esse assunto.
  - (C) Quando estiver ao par de tudo eu divulgarei minha decisão.
  - (D) Ele preferiu ficar à parte, isolado em seu canto.
  - (E) Ele se diz governista, mas acaba aceitando as teses do lado oposto.

4. A frase *Deus sabe o que faz* está empregada para ilustrar a seguinte afirmação do texto:
- (A) *Isso significa que é também crescente o número daqueles que buscam os meios da Justiça.*
  - (B) *Dentro desse quadro, cresce muito a importância de todo o aparelho jurídico.*
  - (C) *A própria Igreja mudou muito, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.*
  - (D) *A fé inabalável na justiça de um Deus reparador continua viva para muitos.*
  - (E) *Parte expressiva do clero passou a se identificar com os sofrimentos das classe populares.*

5. Na frase Valendo-se da *força de sindicatos, de associações de classe, de organizações não governamentais, de iniciativas comunitárias, muita gente passou a ter representatividade social e política*, o elemento sublinhado pode ser substituído, sem prejuízo para o sentido, pela expressão
- (A) Não obstante socorrer-se da.
  - (B) Uma vez que vem contando com a.
  - (C) Mesmo quando se vale da.
  - (D) A fim de se valer da.
  - (E) Indo de encontro à.

<p>6. As normas de concordância verbal estão plenamente respeitadas na frase:</p> <p>(A) Cabe aos agentes do Direito todas as iniciativas para corresponder aos anseios populares que vêm se manifestando.</p> <p>(B) Espera-se que não se frustrate as expectativas da maioria da classe pobre, que crêem nas justas providências humanas aqui na Terra.</p> <p>(C) O que dos agentes do Direito se espera é que não deixem de corresponder às expectativas de quem conta com suas iniciativas.</p> <p>(D) Por mais que se creiam nas reformas das leis, é preciso garantir que elas sejam bem aplicadas.</p> <p>(E) Somente a força das associações e das iniciativas coletivas é que são capazes de dar representatividade social e política àqueles que não a tem.</p>	<p>10. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) A convicção religiosa é respeitável em si mesma, embora seja insuficiente para que se diminuam as privações daqueles que mais a praticam.</p> <p>(B) A solução que muita gente aspira pode estar mais nas mãos dos homens do que contar com o atendimento da Divina Providência, segundo o autor do texto.</p> <p>(C) O fato da Igreja vir mudando desde a segunda metade do século XX é muito propício, conquanto o próprio clero tem demonstrado maior sensibilidade social.</p> <p>(D) Seria bom se bastasse, mas é só as garantias da boa aplicação das leis que fazem com que uma reforma dos códigos fosse suficiente.</p> <p>(E) O crescimento contínuo das iniciativas coletivas vem ensejando, já há muitos anos, um expressivo progresso no campo dos direitos humanos.</p>
<p>7. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>Estas adquiriram maior consciência de seus direitos</i>, a forma verbal resultante será</p> <p>(A) foi adquirida.</p> <p>(B) foram adquiridos.</p> <p>(C) têm adquirido.</p> <p>(D) foi adquirido.</p> <p>(E) tem sido adquirida.</p>	<p>11. Todos os verbos estão corretamente flexionados na frase:</p> <p>(A) Diminui o número dos que descrêm na justiça humana, evolue a marcha dos que lutam por seus direitos.</p> <p>(B) Uma sociedade justa só se institue, de fato, quando os seus dispositivos legais são cordenados pelo princípio da inclusão de todos.</p> <p>(C) Não há quem resista à força das ações coletivas, quando apraz aos homens lutarem juntos por seus direitos.</p> <p>(D) Se a descrença se sobrepor à esperança e à ação, não haverá quem distingua entre o mérito da resistência e a derrota da inação.</p> <p>(E) Não é preciso que se contenha a força do mistificismo, mas que se confire a este o caráter de um aliado das providências humanas.</p>
<p>8. É crescente a importância do aparelho jurídico. Muita gente <u>atribui ao aparelho jurídico</u> a tarefa de bem responder a tudo o que se <u>espera do aparelho jurídico</u>. Se não <u>dermos crédito ao aparelho jurídico</u>, acreditaremos em quê?</p> <p>Evitam-se, de modo correto, as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados por, respectivamente:</p> <p>(A) lhe atribui - dele espera-se - o dermos crédito</p> <p>(B) atribui-lhe - dele se espera - lhe dermos crédito</p> <p>(C) o atribui - dele se espera - dermos-lhe crédito</p> <p>(D) atribui-lhe - dele espera-se - dermos-lhe crédito</p> <p>(E) o atribui - se espera dele - o dermos crédito</p>	<p>12. Está inteiramente correta a pontuação do seguinte período:</p> <p>(A) Quando, já há algum tempo, passaram a crer nos resultados das providências aqui na Terra, os mais sacrificados receberam efetivo apoio da parte progressista do clero.</p> <p>(B) Há quem pergunte: se os poderosos temem mais as sanções da Divina Providência, ou a pressão das ações coletivas em que, os mais fracos, saem fortalecidos?</p> <p>(C) Pede-se agora, aos agentes do Direito que sejam sensíveis às aspirações populares exercendo, de modo sistemático a função social que lhes foi confiada.</p> <p>(D) Ao que se sabe não há notícia, de que uma ação coletiva se tornou mais fraca, pelo fato de a integrem pessoas que confiam também na Divina Providência.</p> <p>(E) É sempre mais cômodo, para os poderosos que os mais fracos atribuam exclusivamente à Divina Providência, a função de fazer justiça.</p>
<p>9. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) A esperança de que a Divina Providência tudo resolve, <u>da qual</u> muita gente se agarra, nem sempre leva a bons resultados.</p> <p>(B) Está na justiça de um Deus reparador, <u>na qual</u> muitos não põem em dúvida, a esperança de tantos marginalizados.</p> <p>(C) Os sofrimentos das classes populares, <u>com cujos</u> muitos se identificam, devem estimular profundas reformas sociais.</p> <p>(D) As iniciativas coletivas, <u>em cuja</u> força todos os cidadãos devem confiar, são cada vez mais numerosas.</p> <p>(E) As justas providências humanas, <u>das quais</u> cabe aos agentes do Direito tomar, são aguardadas ansiosamente por muitos.</p>	

<p>13. Quanto ao uso do sinal de crase, a frase inteiramente correta é:</p> <p>(A) Quem está à favor de maior justiça social não pode ser contrário à qualquer das iniciativas propostas por organizações não governamentais.</p> <p>(B) Quanto à Divina Providência, não cabe à ela decidir pelos homens os caminhos que eles devem escolher à cada vez que enfrentam um obstáculo.</p> <p>(C) Deve-se a ambição humana a carga maior da miséria que avassala à grande maioria dos homens, à despeito dos discursos que propagam maior justiça social.</p> <p>(D) Os que muito tempo vivem à margem dos bens sociais acabam por tomar à força, já que nada têm a perder, aquilo que lhes é devido por direito.</p> <p>(E) Lê-se à toda hora, nos jornais, notícia de que alguma associação, que vinha se dedicando à determinada causa, obteve êxito em sua iniciativa.</p>	<p>17. Lê-se numa placa:</p> <p><b>Precisa alguém urgente que toca cavaquinho</b></p> <p>Uma forma plenamente aceitável, de acordo com as normas da língua escrita, seria:</p> <p>(A) Preciso de alguém que toca cavaquinho com urgência.</p> <p>(B) Precisa-se alguém com urgência de que toque cavaquinho.</p> <p>(C) É preciso alguém urgentemente que toca cavaquinho.</p> <p>(D) Precisa-se com urgência de alguém que toque cavaquinho.</p> <p>(E) Preciso urgentemente quem toque no cavaquinho.</p>
<p>14. O verbo indicado entre parênteses deverá ser flexionado no <b>plural</b> para integrar corretamente a frase:</p> <p>(A) Não (<b>bastar</b>) aos homens ter fé, para verem resolvidas as questões sociais.</p> <p>(B) Quando a ele se (<b>impor</b>) os desafios de uma luta, jamais hesita em enfrentá-los.</p> <p>(C) O respeito aos direitos humanos não (<b>costumar</b>) contentar os poderosos.</p> <p>(D) Não se (<b>oferecer</b>) aos desvalidos qualquer caminho que não seja o da luta permanente.</p> <p>(E) A insensibilidade com os sofrimentos dos pobres (<b>acionar</b>) mais e mais revoltas.</p>	<p>18. Está correta a grafia de todas as palavras da frase:</p> <p>(A) A pichação das paredes só vem enfeitando a cidade.</p> <p>(B) Ela taxou-o de alcólatra – palavra que imagina ser um chingamento.</p> <p>(C) Redigiu um relatório ao mesmo tempo conciso e discriminativo.</p> <p>(D) Ele resolveu com perspicácia um problema quase inssolúvel.</p> <p>(E) As discensões entre os deputados devem-se à rigidez do regulamento.</p>
<p>15. Está correta a articulação entre os tempos verbais na frase:</p> <p>(A) Quanto mais venha a crescer o número de excluídos, mais injusta se revele a sociedade.</p> <p>(B) A fé na Divina Providência nunca impede que os homens viessem a lutar por seus direitos.</p> <p>(C) À medida que se reivindicou maior justiça social, aumentou a responsabilidade dos agentes do Direito.</p> <p>(D) As mudanças que ocorreram na Igreja tinham sido decisivas para que os desvalidos venham a se fortalecer.</p> <p>(E) Não era de se esperar, no início do século passado, que a Igreja viesse a tomar o partido da parcela mais sacrificada da sociedade.</p>	<p>19. Atente para as seguintes frases:</p> <p>I. A lei visa à proteção dos menores, que os adultos costumam maltratar.</p> <p>II. Ele não gosta de ler romances policiais, que fazem tanto sucesso.</p> <p>III. Ele se escondeu na primeira casa, que estava disponível.</p> <p>A supressão da vírgula altera o sentido do que está dito em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) II, somente.</p>
<p>16. A falta de clareza e de correção torna necessária a <b>reconstrução</b> da seguinte frase:</p> <p>(A) Ele fica irritado toda vez que não dirime uma dúvida; como se isso não bastasse, sempre atribui a alguém a culpa por essa frustração.</p> <p>(B) Vender livros usados revela-se cada vez mais lucrativo, onde é crescente o número de leitores em que não se dispõe de dinheiro suficiente para pagá-los enquanto novos.</p> <p>(C) Um famoso cantor popular tornou-se protagonista de um caso polêmico, quando participou das campanhas publicitárias de dois produtos concorrentes entre si.</p> <p>(D) As crianças vivem, atualmente, diante de telas iluminadas, sejam as dos computadores, sejam as dos televisores; o prejuízo será maior para os olhos ou para a cabeça?</p> <p>(E) A reserva de vagas para negros que aspiram a ingressar nas universidades brasileiras está entre os temas que mais vêm dividindo a opinião pública.</p>	<p>20. Atentando para as normas de regência verbal ou nominal, verifica-se que está correta SOMENTE a frase:</p> <p>(A) O romance que ele fez tanta propaganda não me entusiasmou tanto quanto aquele que ele dissera que não gostara.</p> <p>(B) São freqüentes as vezes que nos deparamos com problemas que não somos capazes de encontrar uma solução.</p> <p>(C) A forma que ele respondeu a minha pergunta deu-me a certeza que ele estava mentindo.</p> <p>(D) Os argumentos de que ele utilizou na defesa de seu cliente mostraram total desconhecimento ao que seja uma boa estratégia.</p> <p>(E) O ar de preocupação com que ele saiu indicava a gravidade da situação em que se metera e da qual não parecia saber sair.</p>

21. Para visualizar páginas disponibilizadas na Internet em um computador pessoal, é necessário o uso de um programa comumente conhecido como *Web*

(A) *owner*  
 (B) *browser*  
 (C) *blorp*  
 (D) *server*  
 (E) *tripper*

22. Correspondem a padrões da Internet para endereços de *site* e de correio eletrônico (*e-mail*), respectivamente, as seguintes representações:

(A) *endereço@//provedor.com* e *@ftp:\nomedosite.org*  
 (B) *:httpprovedor@endereco.com* e *provedor://@com.br*  
 (C) *endereço:\http.org* e *@nomedosite.com.br*  
 (D) *http://www.nomedosite.org* e *endereço@provedor.com*  
 (E) *@endereço:\.provedor.com* e *http:\nomedosite.org*

23. O dispositivo para modulação/demodulação de sinais, que possibilita a conexão entre um computador pessoal e um provedor Internet é conhecido como

(A) *modem*  
 (B) *sap*  
 (C) *trigger*  
 (D) *tandem*  
 (E) *ring*

**Instruções:** As questões de números 24 e 25 referem-se ao *OpenOffice.org 1.1.1a*, editor de texto (*writer*) em português do Brasil.

24. Alternativamente, para copiar e colar um texto, utiliza-se, respectivamente, as teclas combinadas

(A) *Ctrl+z* e *Alt+x*  
 (B) *Alt+c* e *Alt+v*  
 (C) *Shift+c* e *Shift+x*  
 (D) *Alt+z* e *Ctrl+x*  
 (E) *Ctrl+c* e *Ctrl+v*

25. A colocação de notas de rodapé é possibilitada pela seleção do *menu*

(A) Formatar e a opção Nota de Rodapé.  
 (B) Editar e a opção Cabeçalhos e Rodapé.  
 (C) Inserir e a opção Nota de Rodapé.  
 (D) Ferramentas e a opção Rodapé.  
 (E) Formatar e a opção Rodapé.

**Instruções:** As questões de números 26 a 28 referem-se ao *OpenOffice.org 1.1.1a*, planilha (cálculo) em português do Brasil.

26. Para somar os conteúdos das células A1 e A4 e os conteúdos do intervalo de células B1 a B6 deve-se inserir, em células diferentes, respectivamente, as fórmulas

(A) *=SOMA(A1;A4)* e *=SOMA(B1:B6)*  
 (B) *=SOMA(A1:A4)* e *=SOMA(B1+B6)*  
 (C) *=A1:A4* e *=B1:B6*  
 (D) *=SOMA(A1:A4)* e *=SOMA(B1;B6)*  
 (E) *=A1;A4* e *=B1;B6*

27. A formatação do conteúdo numérico de uma célula para número com casas decimais pode ser feita no *menu*

(A) Formatar, opção Coluna, guia Células e opções Casas Decimais.  
 (B) Inserir, opção Colunas, guia Células constante do quadro Números Decimais e opções Atributos da Célula.  
 (C) Inserir, opção Células, guia Números e opções Casas Decimais, constante do quadro Números Decimais.  
 (D) Inserir, opção Células, guia Números constante do quadro Atributos da Célula, categoria Número e opções Casas Decimais.  
 (E) Formatar, opção Células, guia Números constante do quadro Atributos da Célula, categoria Número e opções Casas Decimais.

28. *Pode-se mudar o nome de uma planilha ativa, inicial e automaticamente nomeada pelo aplicativo como Planilha1, mediante a ..... , selecionando-se a opção ..... e digitando-se o nome desejado na janela .....*

Preenche corretamente as lacunas da frase apresentada:

- (A) escolha do *menu* Arquivo - Renomear Como - Nome do Arquivo  
 (B) pressão do botão direito (destro) do *mouse* sobre seu nome - Renomear - Renomear Planilha  
 (C) escolha do *menu* Renomear - Planilha - Planilha Ativa  
 (D) pressão da tecla F6 - Renomear - Comando  
 (E) pressão do botão direito (destro) do *mouse* sobre seu nome - Comando - Planilha Ativa

**Instruções:** As questões de números 29 e 30 referem-se ao *Microsoft Windows XP*.

29. Atuando-se na área de notificação do XP, que é a área da barra de tarefas que contém o relógio, é possível

(A) modificar o núcleo do sistema operacional quanto às *dll's* de horário.  
 (B) alterar o código fonte do Internet *Explorer* e das *dll's* de *clock* inativas.  
 (C) fazer desaparecer o relógio e ocultar ícones inativos.  
 (D) alterar o código de máquina do *Windows Explorer* e das *dll's* de *clock* ativas.  
 (E) alterar as configurações de *hardware*.

30. Na tela "Assistente de componentes do *Windows*", cujo acesso é feito pelo Painel de Controle – opção Adicionar ou remover programas – Adicionar/remover componentes do *Windows XP*, dentre os componentes passíveis de serem adicionados ou removidos, encontra-se

(A) a *motherboard*.  
 (B) o *Corel Draw*.  
 (C) a placa *off board* multimídia.  
 (D) o *Internet Explorer*.  
 (E) o *Adobe Acrobat Reader*.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Dentre outros, é requisito indispensável ao direito de reunião
- (A) prévio aviso à autoridade competente.
  - (B) pedido de autorização ao Poder Público competente.
  - (C) limitação do número de pessoas no local.
  - (D) vedação de manifestações sobre assuntos difusos.
  - (E) participação de pessoas com maioria civil e penal.

32. São considerados direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem a melhoria de sua condição social,
- (A) o cabimento da distinção entre trabalho manual e intelectual.
  - (B) o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
  - (C) a possibilidade de diferença de exercício de funções por motivo de sexo.
  - (D) o piso salarial fixado unicamente quanto à duração do trabalho.
  - (E) seguro-desemprego em todos os casos de rescisão do contrato de trabalho.

33. O processo e julgamento, originário, referentes aos crimes comuns dos membros dos Tribunais Regionais do Trabalho, é de competência do
- (A) Tribunal Superior do Trabalho.
  - (B) Supremo Tribunal Federal.
  - (C) Superior Tribunal de Justiça.
  - (D) Tribunal Regional Federal.
  - (E) Tribunal de Justiça dos Estados.

34. NÃO é considerada competência dos juizes federais o processo e julgamento
- (A) das contravenções praticadas contra entidades autárquicas da União.
  - (B) dos crimes contra a organização do trabalho.
  - (C) das disputas sobre direitos indígenas.
  - (D) das causas entre organismo internacional e pessoa domiciliada no País.
  - (E) das causas de falência e acidentes do trabalho, ainda que haja interesse de empresa pública federal.

35. Considere as afirmativas:
- I. Frustrada a negociação coletiva de trabalho, as partes deverão obrigatoriamente requerer sua reapreciação pela instância superior.
  - II. Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal.
  - III. Os Tribunais Regionais do Trabalho são compostos por juizes nomeados pelos respectivos Governadores de Estado e do Distrito Federal.
  - IV. Recusada a negociação coletiva de trabalho, por qualquer das partes, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo.

No que diz respeito aos Tribunais e Juizes do Trabalho, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

36. O Procurador-Geral da República
- (A) será escolhido pelo Supremo Tribunal Federal em lista sêxtupla.
  - (B) será nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira.
  - (C) terá mandato de quatro anos, vedada sua reeleição.
  - (D) deverá ter seu nome aprovado pela maioria do Congresso Nacional.
  - (E) poderá ser destituído somente com autorização da Câmara dos Deputados.

Atenção: Considere a Lei nº 8.112/90 para responder às questões de números 37 a 42.

37. São formas de provimento de cargo público, dentre outras, a
- (A) promoção, a transferência e a reversão.
  - (B) nomeação, a ascensão e a readaptação.
  - (C) readaptação, a recondução e a promoção.
  - (D) reintegração, a transposição e a recondução.
  - (E) transferência, a nomeação e a readaptação.

38. A nomeação para cargo, de carreira ou isolado, de provimento efetivo, depende de prévia habilitação em concurso público. A validade do concurso público:
- I. será de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.
  - II. poderá ser de 18 (dezoito) meses, prorrogável por igual período.
  - III. poderá ser de 1 (um) ano, prorrogável por igual ou distinto período.
  - IV. será de no máximo 3 (três) anos, vedada a prorrogação por distinto período.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

<p>39. No que diz respeito à vacância de cargos públicos, considere:</p> <p>I. Não forem satisfeitas, pelo servidor, as condições do estágio probatório.</p> <p>II. Tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo legal.</p> <p>III. O servidor não tomar posse no cargo público no prazo de 30 dias, contado da publicação do ato de provimento.</p> <p>As hipóteses I, II e III acarretarão, como consequência,</p> <p>(A) exoneração de ofício nas hipóteses I e II, e exoneração a pedido na hipótese III.</p> <p>(B) demissão do servidor na hipótese I, e exoneração de ofício nas hipóteses II e III.</p> <p>(C) tornado sem efeito o ato de nomeação na hipótese I, demissão do servidor na hipótese II, e tornado sem efeito o ato de nomeação na hipótese III.</p> <p>(D) exoneração de ofício do servidor nas hipóteses I e II, e tornado sem efeito o ato de nomeação na hipótese III.</p> <p>(E) exoneração a pedido na hipótese I, exoneração de ofício na hipótese II, e demissão na hipótese III.</p>	<p>42. A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento. Entretanto, o prazo será contado do término do impedimento, quando na data da publicação do ato de provimento, o servidor estiver nas seguintes condições:</p> <p>(A) desempenho de mandato classista ou licença para tratar de interesses particulares.</p> <p>(B) missão no exterior, quando autorizado o afastamento ou desempenho de mandato eletivo federal.</p> <p>(C) exercício de cargo em comissão ou missão de estudo no exterior.</p> <p>(D) licença para atividade política ou desempenho de mandato eletivo estadual ou municipal.</p> <p>(E) licença para capacitação ou afastamento em razão de deslocamento para a nova sede.</p>
<p>40. Entre outros, NÃO é considerado como de efetivo exercício o afastamento</p> <p>(A) em virtude de licença adotante.</p> <p>(B) em razão de licença por convocação para o serviço militar.</p> <p>(C) para participar em qualquer espécie de treinamento.</p> <p>(D) para servir em organismo internacional de que o Brasil participe.</p> <p>(E) para estudo no exterior, quando autorizado.</p>	<p>43. Cessará, para os menores, a incapacidade</p> <p>(A) pelo casamento.</p> <p>(B) pela colação de grau em curso de ensino médio.</p> <p>(C) pela concessão dos pais, mediante instrumento público, se tiver 15 anos de idade ou mais.</p> <p>(D) pelo estabelecimento civil, ainda que, em função dele, não tenha economia própria.</p> <p>(E) pela existência de relação de emprego, ainda que, em função dela, não tenha economia própria.</p> <p>44. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os</p> <p>(A) excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.</p> <p>(B) que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.</p> <p>(C) que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.</p> <p>(D) pródigos.</p> <p>(E) maiores de dezesseis e os menores de dezoito anos.</p>
<p>41. Poderá ser aberto novo concurso público</p> <p>(A) desde que conste no edital que os aprovados no concurso atual somente serão nomeados após expirar o prazo de validade do concurso anterior.</p> <p>(B) quando houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade expirado.</p> <p>(C) se constar no edital que os aprovados no concurso atual não serão empossados, até que expire o prazo de validade do concurso anterior.</p> <p>(D) desde que os candidatos, no ato de inscrição para o concurso, sejam cientificados que o exercício no cargo somente ocorrerá quando expirar o prazo de validade do concurso anterior.</p> <p>(E) ainda que houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.</p>	<p>45. Considere as afirmativas:</p> <p>I. Tendo a pessoa jurídica diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados.</p> <p>II. O domicílio do preso é o lugar em que foi proferida a sentença condenatória.</p> <p>III. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o último domicílio conhecido.</p> <p>A respeito do domicílio, está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) III.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) I.</p>

<p>46. A respeito dos negócios jurídicos, é certo que</p> <p>(A) a manifestação de vontade é livre e nunca poderá depender de forma especial.</p> <p>(B) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.</p> <p>(C) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se de forma ampla e irrestrita.</p> <p>(D) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.</p> <p>(E) o silêncio importa em anuência, mesmo quando as circunstâncias ou os usos não o autorizarem.</p>	<p>50. Um empregado trabalhou de 15 de janeiro de 1996 a 28 de outubro de 2003. Considerando a prescrição, poderá ajuizar reclamação trabalhista até 28 de outubro de</p> <p>(A) 2005, reclamando verbas do quinquênio anterior à data da propositura da ação.</p> <p>(B) 2005, reclamando verbas do biênio anterior à data da propositura da ação.</p> <p>(C) 2008, reclamando verbas de todo o contrato de trabalho.</p> <p>(D) 2008, reclamando verbas do quinquênio anterior à data da propositura da ação.</p> <p>(E) 2008, reclamando verbas do biênio anterior à data da propositura da ação.</p>
<p>47. Não comete ato ilícito aquele que</p> <p>(A) causar dano a outrem, ao praticar o ato no exercício regular de um direito reconhecido.</p> <p>(B) violar direito e causar dano exclusivamente moral a outrem, por omissão voluntária.</p> <p>(C) exceder manifestamente os limites impostos pelo fim econômico ou social do direito que, como titular, vier a exercer.</p> <p>(D) exceder manifestamente os limites impostos pela boa fé ao exercer o direito de que é titular.</p> <p>(E) destruir coisa alheia, a fim de remover perigo iminente, mesmo excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.</p>	<p>51. O pagamento da remuneração das férias, incluindo o abono, deve ser efetuado</p> <p>(A) no primeiro dia de férias.</p> <p>(B) na véspera de sua concessão.</p> <p>(C) até dois dias antes do início das férias.</p> <p>(D) na data do pagamento do mês anterior às férias.</p> <p>(E) até o quinto dia útil do mês da concessão das férias.</p>
<p>48. A respeito das obrigações de dar coisa certa, é INCORRETO que</p> <p>(A) a coisa pertence ao devedor, até a tradição, com seus melhoramentos e acréscidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço.</p> <p>(B) os frutos percebidos e os frutos pendentes cabem ao devedor até a tradição da coisa.</p> <p>(C) se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos.</p> <p>(D) deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.</p> <p>(E) a obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.</p>	<p>52. Quando fornecido habitualmente ao empregado, por força do contrato ou do costume, constitui salário <i>in natura</i></p> <p>(A) equipamento utilizado para a prestação de serviços.</p> <p>(B) transporte destinado ao deslocamento para o trabalho.</p> <p>(C) educação em estabelecimento de ensino particular.</p> <p>(D) previdência privada.</p> <p>(E) aluguel de residência.</p>
<p>49. Na relação de emprego, há dependência</p> <p>(A) econômica.</p> <p>(B) técnica.</p> <p>(C) social.</p> <p>(D) jurídica.</p> <p>(E) pessoal.</p>	<p>53. O repouso semanal será de</p> <p>(A) 18 horas consecutivas, obrigatoriamente aos domingos.</p> <p>(B) 24 horas consecutivas, preferencialmente aos domingos.</p> <p>(C) 24 horas consecutivas, no dia que melhor convier ao empregador.</p> <p>(D) 30 horas consecutivas, no dia que melhor convier ao empregado.</p> <p>(E) 36 horas consecutivas, devendo coincidir, no todo ou em parte, com o domingo.</p>
	<p>54. É devido ao trabalhador de baixa renda em razão de dependente o</p> <p>(A) salário-família.</p> <p>(B) salário mínimo.</p> <p>(C) salário de referência.</p> <p>(D) salário de contribuição.</p> <p>(E) salário utilidade.</p>

55. Os prazos processuais são contados com
- (A) exclusão dos dias do começo e do vencimento.
  - (B) exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
  - (C) inclusão dos dias do começo e do vencimento.
  - (D) inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento.
  - (E) exclusão ou inclusão do dia do vencimento, a critério do juiz da causa.

56. Independem de prova os fatos

- (A) constitutivos.
- (B) impeditivos.
- (C) modificativos.
- (D) notórios.
- (E) controversos.

57. No processo do trabalho, as nulidades devem ser argüidas

- (A) na primeira oportunidade em que a parte tiver de se manifestar.
- (B) mediante a formulação de simples protestos.
- (C) somente como matéria preliminar em recurso ordinário.
- (D) somente pelo réu, na defesa.
- (E) em razões finais, depois de encerrada a instrução.

58. Na sentença, podem ser corrigidos de ofício os

- (A) pontos omissos.
- (B) pontos contraditórios.
- (C) pontos obscuros.
- (D) seus fundamentos.
- (E) erros materiais.

59. Recursos admitidos no processo do trabalho:

- (A) Apelação e Agravo de Instrumento.
- (B) Apelação e Agravo Regimental.
- (C) Recurso Ordinário e Mandado de Segurança.
- (D) Recurso Ordinário e Agravo de Petição.
- (E) Recurso de Revista e Agravo Retido.

60. A liquidação da sentença por simples contas é denominada por

- (A) arbitramento.
- (B) artigos.
- (C) cálculos.
- (D) estimativa.
- (E) acordo.